

Bem-Estar e Vulnerabilidade em Abrigos Pós-Desastre: Narrativas de um Imigrante Haitiano no Brasil

Well-Being and Vulnerability in Post-Disaster Shelters: Narratives of a Haitian Immigrant in Brazil

Andréia Grandi, Mestra, UFSC andreia.grandi@posgrad.ufsc.br

Lisiane Ilha Librelotto, Doutora, UFSC lisiane.librelotto@gmail.com

Luana Toralles Carbonari, Doutora, UFPEL luanatcarbonari@gmail.com

Sessão Temática 06: Projeto e arquitetura sustentável

Resumo

Este estudo teve como objetivo identificar os atributos ambientais que influenciam o bem-estar em abrigos pós-desastre, fundamentando recomendações projetuais orientadas pelos princípios da Percepção Ambiental. A pesquisa adotou abordagem de campo por meio de entrevista com um imigrante haitiano que viveu em um abrigo emergencial no estado do Acre após o terremoto de 2010, investigando percepções de conforto, estresse, privacidade, organização espacial e necessidades básicas. Complementarmente, aplicou-se a técnica da fotografia como modelo, permitindo selecionar materiais, formas, implantações e *layouts* considerados mais adequados ao bem-estar. A análise evidenciou que a precariedade da infraestrutura e a ausência de privacidade intensificaram o sofrimento, enquanto atributos como ambientes setorizados, janelas amplas, estruturas mais sólidas e acesso à informação foram associados à sensação de segurança e dignidade. Conclui-se que abrigos pós-desastre devem superar soluções padronizadas, incorporando dimensões culturais, psicossociais e ambientais capazes de promover restauração e autonomia.

Palavras-chave: Desastres; Abrigos Pós-Desastre; Bem-estar Ambiental; Habitação Temporária.

Abstract

This study aimed to identify the environmental attributes that influence well-being in post-disaster shelters, supporting design recommendations grounded in Environmental Perception principles. A field-based approach was employed through an interview with a Haitian immigrant who experienced an emergency shelter in state of Acre, Brazil, after the 2010 earthquake. The interview explored perceptions of comfort, stress, privacy, spatial organization, and basic needs. Additionally, the photo-elicitation technique was applied to identify preferred materials, forms, layouts, and site arrangements associated with well-being. The analysis revealed that insufficient infrastructure and lack of privacy intensified distress, whereas attributes such as compartmentalized spaces, wide windows, solid structures, and access to information fostered a sense of safety and dignity. The findings indicate that post-disaster shelters must move beyond standardized solutions, incorporating cultural, psychosocial, and environmental dimensions capable of promoting restoration, autonomy, and improved quality of life for displaced populations.

Keywords: Disasters; Post-Disaster Shelters; Environmental Well-being; Temporary Housing.

1. Introdução

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2020), os desastres correspondem a eventos adversos que provocam grandes impactos na sociedade, podendo ser classificados conforme a natureza do fenômeno desencadeador — de origem natural ou tecnológica. No caso dos desastres naturais, sua ocorrência resulta da interação entre a dinâmica ambiental e a vulnerabilidade humana.

Nas últimas décadas, observa-se que essa interação tem se tornado ainda mais crítica. Em escala global, o aumento da frequência e intensidade dos desastres evidencia um cenário de crescente risco, impulsionado por fatores como mudanças climáticas, crescimento urbano desordenado e desigualdade socioeconômica. Nesse contexto de agravamento global, alguns episódios tornam-se particularmente emblemáticos pela magnitude de seus impactos, como o terremoto do Haiti em janeiro de 2010. Com magnitude 7,0 na escala Richter, o evento resultou em mais de 200.000 mortes e deixou milhões de pessoas afetadas ou desabrigadas (UNDRR, 2020). A catástrofe haitiana, além de sua dimensão física devastadora, revela de forma expressiva como desastres naturais se entrelaçam a vulnerabilidades humanas historicamente construídas.

As consequências desse evento não se limitaram ao território haitiano: suas repercussões ampliaram processos de migração e deslocamento forçado. Após o desastre, milhares de haitianos buscaram novos destinos — inclusive o Brasil — enfrentando longas jornadas, condições habitacionais precárias e dificuldades de integração social, configurando um ciclo contínuo de vulnerabilidade (OIM, 2016). Esse fluxo migratório, majoritariamente composto por populações de baixa e média renda, evidencia que os impactos dos desastres se estendem muito além da destruição imediata, afetando trajetórias de vida e condições de pertencimento.

Diante dessas dinâmicas, torna-se evidente que desastres são também eventos potencialmente traumáticos, nos quais perdas materiais, emocionais e identitárias se sobrepõem. É nesse cenário que abrigos emergenciais e habitações temporárias assumem papel estratégico: mais do que oferecer proteção física, podem funcionar como espaços capazes de favorecer o restauro psicológico e social. Quando concebidos de forma sensível às dimensões culturais e afetivas, contribuem para reduzir o estresse, restabelecer vínculos de pertencimento e promover sentimentos de segurança e acolhimento.

A revisão da literatura reforça essa perspectiva ao indicar que tais espaços devem ultrapassar a lógica de soluções meramente provisórias, incorporando atributos que promovam bem-estar e reconstrução identitária. Entre eles destacam-se a personalização e adaptabilidade (Bedoya, 2004; Caia *et al.*, 2010; Vibhas *et al.*, 2021), a valorização da identidade cultural e do pertencimento (Félix *et al.*, 2013; Caia *et al.*, 2010; Vibhas *et al.*, 2021), e a proteção física aliada ao conforto ambiental (Bedoya, 2004; Delgado, 2022). Outros aspectos relevantes incluem o equilíbrio entre privacidade e convivência comunitária (Bedoya, 2004; Gibbs *et al.*, 2016; Félix *et al.*, 2013) e a participação ativa das comunidades na concepção das moradias (Bedoya, 2004; Vibhas *et al.*, 2021; Félix *et al.*, 2013). Esses elementos reforçam a necessidade de superar modelos padronizados e avançar em direção a soluções culturalmente contextualizadas, flexíveis e humanizadas.

Entretanto, embora existam diretrizes técnicas e recomendações consolidadas para o planejamento de abrigos e habitações temporárias pós-desastre, observa-se uma lacuna significativa na literatura no que se refere a estudos empíricos que articulem, de forma integrada, a percepção ambiental, o bem-estar e as experiências migratórias, especialmente no contexto brasileiro. Grande parte das pesquisas concentra-se em aspectos normativos, projetuais ou em análises realizadas em contextos internacionais, havendo ainda limitada compreensão sobre como indivíduos em situação de deslocamento forçado percebem e vivenciam esses espaços no Brasil. Essa lacuna evidencia a necessidade de investigações que incorporem dimensões subjetivas, culturais e experienciais, contribuindo para o avanço de abordagens mais sensíveis e contextualizadas.

À luz dessas discussões, o presente estudo tem como objetivo caracterizar os atributos ambientais que influenciam o bem-estar em abrigos pós-desastre, subsidiando recomendações projetuais fundamentadas nos princípios da Percepção Ambiental. Para isso, foi realizada uma entrevista com um imigrante haitiano que chegou ao Brasil em 2013, após o terremoto de 2010, e permaneceu em um abrigo no estado do Acre em condições precárias de infraestrutura e acolhimento. A escolha desse caso se justifica pela sua relevância para compreender a relação entre vulnerabilidade, deslocamento forçado e bem-estar em contextos de emergência humanitária, destacando a importância de incorporar dimensões culturais e subjetivas na formulação de soluções habitacionais mais inclusivas, sensíveis e eficazes.

2. Referencial Teórico

Esta seção aborda os conceitos de abrigo e habitação temporária no contexto pós-desastre, bem como suas diferentes fases e tipologias. Também apresenta os principais atributos ambientais que influenciam bem-estar, conforto e restauração. Esses tópicos sustentam a análise sobre a qualidade dos espaços destinados às populações afetadas.

2.1 Definição de Abrigo e Habitação Temporária

De acordo com a Defesa Civil de Santa Catarina (órgão responsável por organizar os abrigos temporários), o Abrigo Emergencial é uma instalação adaptada e organizada para esta finalidade, por um período determinado e/ou específico, para atender as pessoas e famílias que ficaram desabrigadas, que tiveram suas casas danificadas pelo evento adverso e dependem de apoio do poder público porque não tem para onde ir. Conceitua ainda, que deve ser uma estrutura adequada, habitável, segura, privada e protegida, afastada de áreas de risco, e adaptada à cultura local, ao clima e as características da região, com acesso aos serviços básicos e que mantenha a dignidade das pessoas e famílias (SEDEC - Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, 2017). Aludem também que podem ser estruturas preexistentes (estruturas fixas) como um clube, igrejas, hotéis, ginásios, associações de moradores. Deve-se evitar a utilização de escolas, uma vez que o retorno à normalidade é fundamental (SEDEC, 2017).

A Habitação Temporária destina-se a ser utilizada durante um período prolongado,

normalmente de seis meses a três anos, até que os indivíduos possam regressar às suas residências permanentes (Mora, 2019).

O governo do Estado do Rio Grande do Sul, em seus documentos e diretrizes, adota a denominação “moradia temporária” para se referir às soluções habitacionais destinadas às populações desabrigadas após desastres. No entanto, nesta pesquisa, opta-se por utilizar o conceito de “habitação temporária”, conforme estabelecido na literatura acadêmica.

Segundo Carbonari (2021), diversos autores fazem uma distinção entre os termos “abrigo” e “habitação” para cenários de emergência. Enquanto “abrigo” refere-se a um local para ficar durante o auge e imediatamente após um desastre, onde as rotinas diárias regulares são suspensas; “habitação” indica o retorno às atividades e responsabilidades domésticas e às rotinas diárias.

No Brasil, a SEDEC, um órgão do governo que coordena as ações de proteção e defesa civil no Brasil) - RJ (2006) faz a mesma distinção conceitual entre os termos “abrigo” e “habitação” pós-desastre. No entanto, distinguem-se três fases: abrigo temporário de caráter emergencial, habitação temporária e habitação permanente.

No que diz respeito às opções de abrigo temporário, a SEDEC – RJ (2006) distingue dois tipos: abrigos temporários em instalações fixas ou móveis. O primeiro é constituído por edificações públicas ou privadas adaptadas para abrigar temporariamente a população. Alguns exemplos são escolas, ginásios, clubes, hotéis, entre outros. O segundo (móveis) refere-se a alojamentos, como barracas, casas pré-fabricadas etc. Estes alojamentos geralmente são locados em áreas pré-determinadas, como campos de futebol, quadras poliesportivas sem cobertura fixa, descampados horizontais, entre outros.

Por outro lado, grande parte da literatura internacional categoriza as diversas alternativas de abrigo temporário em seis tipos, separados em abrigos dispersos e agrupados: 1) Família de acolhimento, 2) Auto assentamento urbano 3) Auto assentamento rural 4) Centros coletivos 5) Acampamentos Auto assentados 6) Acampamentos planejados (Carbonari, 2021).

2.2 Atributos Ambientais e a Percepção de Bem-Estar

Os estudos sobre ambientes restauradores, desenvolvidos a partir da década de 1980 nos Estudos Pessoa-Ambiente (EPA), evidenciam a influência dos atributos ambientais na percepção de bem-estar, na redução do estresse e na restauração de recursos pessoais. Duas teorias se destacam: a Teoria Psicoevolucionista (PET), de Ulrich (1984), que relaciona elementos naturais e configurações espaciais à recuperação psicofisiológica do estresse, e a Teoria da Restauração da Atenção (ART), de Kaplan e Kaplan (1989), voltada à recuperação da fadiga atencional por meio de fatores como fascinação, afastamento, compatibilidade e extensão.

Embora ambas as teorias reconheçam o papel restaurador dos ambientes, suas abordagens apresentam ênfases distintas e complementares, o que permite uma leitura mais aplicada ao contexto de abrigos pós-desastre. Enquanto a PET privilegia respostas emocionais e fisiológicas imediatas a estímulos ambientais — como a presença de vegetação, iluminação natural e vistas externas —, a ART enfatiza processos cognitivos relacionados à organização

espacial e à qualidade da experiência ambiental, como legibilidade, coerência e possibilidade de afastamento mental. Essa distinção permite compreender que atributos físicos do ambiente construído podem atuar simultaneamente em diferentes níveis da experiência humana.

Além da restauração, outros fatores contribuem para a qualidade ambiental. A apropriação reflete o vínculo afetivo, simbólico e identitário entre indivíduo e lugar, fortalecendo o pertencimento (Scannell; Gifford, 2010; Pol, 1996). A privacidade regula a interação social e protege a individualidade, sendo essencial para o equilíbrio psicológico (Gifford, 1987). Já os fatores estressores ambientais incluem aspectos físicos (iluminação, ruído, temperatura) e psicológicos (falta de privacidade, aglomeração), cuja intensidade e incoerência podem gerar sobrecarga cognitiva (Evans; McCoy, 1998).

Nesse sentido, atributos como vegetação, vistas naturais, conforto térmico e acústico, estímulos sensoriais equilibrados, mobilidade segura, organização espacial e possibilidade de personalização favorecem a sensação de segurança, pertencimento e bem-estar.

Ao articular essas contribuições teóricas ao contexto de abrigos pós-desastre, observa-se que atributos espaciais concretos — como a setorização dos ambientes, a garantia de privacidade, a presença de aberturas para iluminação e ventilação natural, e a inserção de elementos naturais — podem ser compreendidos tanto como redutores de estresse imediato (conforme a PET) quanto como facilitadores da restauração cognitiva e da organização da experiência (conforme a ART). Dessa forma, a integração entre essas abordagens amplia a compreensão sobre como o ambiente construído pode atuar de maneira ativa na promoção do bem-estar, especialmente em contextos de vulnerabilidade e deslocamento forçado.

2.3 Revisão Integrativa da Literatura

A revisão teve como objetivo identificar atributos ambientais que promovem o bem-estar de pessoas desabrigadas em abrigos e habitações temporárias. A busca bibliográfica, realizada em 28 de maio de 2024, resultou em 33 artigos, localizados nas bases *Scopus*® (4) e *Web of Science*® (29), sem aplicação de filtros, em razão da escassez de estudos sobre o tema. Após a análise de títulos e resumos e a exclusão de trabalhos sem enfoque no bem-estar em habitações temporárias, seis artigos foram selecionados para leitura e análise aprofundada conforme mostra o Quadro 01.

Quadro 1: Revisão de Literatura: Autor(es), País, Disciplina(s) e Foco

Autores	Ano	País	Área	Foco
Bedoya	2004	Colômbia	Arquitetura	Elementos que minimizem a sensação de provisoriidade em habitações temporárias
Caia et al	2010	Itália	Psicologia	Os efeitos psicológicos das características da moradia temporária
Félix et al	2013	Portugal	Engenharia	Levantamento do estado da arte sobre a

Autores	Ano	País	Área	Foco
				inadequação das habitações temporárias pós-desastre
Gibbs <i>et al</i>	2016	Austrália	Urbanismo	Impacto da realocação pós desastre nos desabrigados dos incêndios florestais
Vibhas <i>et al</i>	2021	Japão	Geografia	Adequação Cultural Nas Habitações Temporárias
Delgado	2022	Estados Unidos	Psicologia	Importância do “lar” para sobreviventes de desastres

Fonte - Elaborado pelas autoras (2025)

Os estudos analisados convergem ao afirmar que abrigos e habitações temporárias eficazes devem ir além da resposta emergencial mínima, incorporando atributos ambientais capazes de restabelecer a noção de lar e promover o bem-estar físico, psicológico e social dos desabrigados.

Em síntese, a literatura indica que os principais atributos ambientais associados ao bem-estar em habitações temporárias são: (1) flexibilidade e personalização; (2) integração cultural e simbólica; (3) conforto físico e proteção ambiental; (4) equilíbrio entre privacidade e espaços coletivos; e (5) participação comunitária no projeto. Embora poucos estudos tratem explicitamente de variáveis ambientais específicas, os achados reforçam a necessidade de abordagens holísticas e humanizadas no desenho de abrigos e habitações temporárias pós-desastre.

3. Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa de campo configurada como um estudo de caso único, de natureza exploratória e qualitativa, voltada à coleta de dados diretamente com participantes inseridos no contexto estudado (Sampieri *et al.*, 2006). A pesquisa foi registrada no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), CAAE nº 79748324.00000.0121, e a entrevista teve duração aproximada de 20 a 30 minutos.

Para investigar a percepção de bem-estar em abrigos pós-desastre, as autoras conduziram uma entrevista com um imigrante haitiano que chegou ao Brasil em 2013, após o terremoto de 2010, e permaneceu em um abrigo no estado do Acre. A entrevista foi concedida no mês de agosto de 2024, na residência do participante, localizada no bairro Sambaqui, em Florianópolis, SC.

A escolha por um único participante fundamenta-se na perspectiva qualitativa interpretativa, que valoriza a profundidade da narrativa e a riqueza das experiências individuais em detrimento da generalização estatística.

Desta forma, as perguntas abordaram características ambientais do abrigo, iniciando pelo processo de chegada e acolhimento e identificando atributos que proporcionaram conforto ou estresse durante sua permanência. O participante também foi convidado a sugerir

melhorias na estrutura física e nos serviços do abrigo, indicar espaços percebidos como mais confortáveis ou estressantes e descrever, verbalmente ou por desenhos, como seria um abrigo ideal.

Paralelamente, aplicou-se a técnica da fotografia como modelo, apresentando imagens de referência de habitações temporárias com diferentes materiais, tipologias, layouts e implantações. O participante selecionou aquelas que melhor representavam sua percepção de bem-estar (figuras 1, 2 e 3).

A fotografia é reconhecida na literatura de métodos visuais como recurso que facilita a expressão de percepções subjetivas (Rose, 2016). Imagens evocam sensações e significados difíceis de verbalizar. Por isso, seu uso auxilia o participante a identificar modelos de habitação que representam seu bem-estar.



Figura 1(a): Referências de Materiais



Figura 1(b): Referências de Forma



Figura 2(a): Referências de Iluminação



Figura 2(b): Referências de Implantação



Figura 3(a): Referências de Layout



Figura 3(b): Referências de mobiliário

Fonte: Adaptado pelos autores (2024)

Desta forma, para atingir o objetivo desta pesquisa, foram estabelecidos procedimentos metodológicos divididos em etapas:

- a) definição dos principais conceitos sobre o tema da pesquisa por meio de buscas exploratórias — Vulnerabilidade, Abrigos e Habitações Temporárias, Atributos Ambientais e Percepção de Bem-Estar;
- b) revisão integrativa de literatura nacional e internacional;
- c) aplicação de técnicas e realização de entrevista de campo com um imigrante haitiano que vivenciou situação de abrigo pós-desastre no Brasil, após o terremoto de 2010 no Haiti;
- d) análise dos resultados, discussão e considerações finais.

Os dados obtidos na entrevista foram examinados por meio de análise temática de conteúdo. Inicialmente, procedeu-se à transcrição integral do relato, seguida de leitura flutuante para familiarização com o material. Em seguida, foram identificadas unidades de sentido relacionadas às percepções de conforto, privacidade, organização espacial, segurança e necessidades básicas. Essas unidades foram agrupadas em categorias temáticas, posteriormente interpretadas à luz do referencial teórico sobre Percepção Ambiental, bem-estar e habitação pós-desastre. As escolhas realizadas na técnica da fotografia como modelo foram analisadas de forma complementar, permitindo associar preferências ambientais às categorias emergentes da narrativa.

4. Análises dos Resultados e Discussões

A análise da entrevista revelou que o bem-estar em abrigos pós-desastre não se restringe à satisfação de necessidades materiais básicas, mas envolve dimensões afetivas, sociais e simbólicas.

Para aprofundar a análise, os resultados foram organizados em três categorias analíticas: (i) segurança e estabilidade; (ii) privacidade e controle territorial; e (iii) pertencimento e suporte social, permitindo maior articulação entre os achados empíricos e o referencial teórico.

(i) Segurança e estabilidade

A narrativa do entrevistado evidencia que a percepção de bem-estar está diretamente associada à sensação de segurança física e estabilidade ambiental. A precariedade da infraestrutura — expressa pela insuficiência de sanitários, cozinhas e espaços adequados — configura-se como um fator estressor significativo, conforme apontado por Evans e McCoy (1998), ao gerar sobrecarga ambiental e desconforto físico.

Como relatou, “quem fica numa situação assim não sabe o que fazer, nem para onde ir, é um sentimento desesperador sobre a falta de direcionamento”, evidenciando o impacto psicológico da ausência de estrutura e orientação.

Nesse sentido, a preferência por materiais construtivos mais robustos e estruturas mais

estáveis pode ser interpretada à luz da Teoria Psicoevolucionista (PET), na medida em que ambientes que transmitem segurança e proteção tendem a reduzir respostas de estresse e favorecer a recuperação emocional. Assim, os achados confirmam a literatura ao demonstrar que atributos físicos do ambiente construído desempenham papel central na regulação do bem-estar em contextos de vulnerabilidade.

(ii) Privacidade e controle territorial

Os resultados demonstram que a percepção de bem-estar está fortemente associada à segurança física e psicológica proporcionada pelo espaço. A preferência por materiais construtivos robustos e tipologias arquitetônicas reconhecíveis reflete a busca por estabilidade e familiaridade após vivenciar ambientes precários, nos quais “não tinha estrutura suficiente de banheiros, nem cozinha, refeitório”, impondo aos abrigados a improvisarem soluções insalubres.

A experiência de superlotação — descrita pela presença de “colchonetes jogados pelo chão” — evidencia a ausência de controle sobre o espaço e a limitação da privacidade, aspectos diretamente relacionados ao aumento do estresse ambiental. Em contraposição, a preferência por ambientes setorizados e unidades mais afastadas revela a necessidade de controle territorial, conforme discutido por Gifford (1987), sendo esse um elemento essencial para o equilíbrio psicológico.

Essa dimensão também pode ser compreendida a partir da Teoria da Restauração da Atenção (ART), uma vez que ambientes organizados, legíveis e com menor sobrecarga favorecem a recuperação cognitiva. Assim, os achados não apenas confirmam a literatura, mas reforçam a importância da organização espacial como componente ativo na promoção do bem-estar.

(iii) Pertencimento e suporte social

O relato do entrevistado também ressalta o papel dos espaços coletivos como mediadores de suporte social e acesso à informação. Mesmo em condições adversas, o sentimento de pertencimento foi fortalecido pela convivência comunitária — “todos se ajudavam, eram como irmãos” — evidenciando a importância das relações sociais na construção do bem-estar. Esse resultado dialoga com os estudos sobre apropriação e vínculo com o lugar (Scannell; Gifford, 2010), indicando que o ambiente não é apenas físico, mas também relacional.

Além disso, o desejo por uma sala com televisor, para “ver futebol para relaxar” e acompanhar notícias, evidencia a importância de ambientes que promovam distração, comunicação e orientação, reduzindo a sensação de incerteza.

Sob a perspectiva da ART, tais espaços podem ser compreendidos como ambientes que favorecem o afastamento psicológico e a restauração da atenção, enquanto, do ponto de vista social, contribuem para a reconstrução de vínculos e para a sensação de normalidade. Dessa forma, os achados ampliam a literatura ao evidenciar que o suporte social e o acesso à informação são dimensões fundamentais do bem-estar em abrigos pós-desastre.

De forma integrada, os resultados demonstram que o bem-estar em abrigos pós-desastre emerge da interação entre atributos físicos, organização espacial e dinâmicas sociais, confirmando e ampliando as contribuições teóricas da Percepção Ambiental.

O caso analisado demonstra, portanto, que projetos de abrigos e habitações temporárias devem considerar não apenas requisitos técnicos e funcionais, mas também as experiências prévias, trajetórias migratórias e vulnerabilidades dos usuários. Essa abordagem reforça a inadequação de soluções padronizadas e evidencia a necessidade de propostas sensíveis ao contexto humanitário, capazes de promover ambientes mais dignos e humanizados.

As diretrizes projetuais apresentadas a seguir sintetizam esses achados em recomendações aplicáveis ao planejamento de abrigos pós-desastre.

4.1 Recomendações projetuais para abrigos pós-desastre

- **Infraestrutura básica digna:** sanitários adequados, áreas para preparo e consumo de alimentos e dormitórios equipados, assegurando higiene, segurança e repouso.
- **Privacidade e organização espacial:** setorização funcional, compartimentação interna e implantação que evite adensamento excessivo, reduzindo conflitos de uso.
- **Sistemas construtivos:** materiais robustos, duráveis e de fácil manutenção, transmitindo segurança e reduzindo a percepção de provisoriedade.
- **Forma arquitetônica:** tipologias reconhecíveis e flexíveis, favorecendo apropriação e sentimento de pertencimento.
- **Conforto ambiental:** ventilação cruzada, iluminação natural e proteção climática adequada ao contexto local.
- **Espaços coletivos qualificados:** áreas de convivência e informação para fortalecimento dos vínculos sociais e suporte psicossocial.
- **Ambientes de capacitação e orientação:** espaços destinados ao aprendizado e articulação com estratégias institucionais para promoção da autonomia.

6. Considerações Finais

O estudo permitiu compreender de forma aprofundada como indivíduos que vivenciaram situações de desastre atribuem significado ao espaço de abrigo, destacando que o bem-estar nesses contextos depende da articulação entre infraestrutura básica, condições ambientais adequadas e fatores subjetivos vinculados à trajetória de vida. A experiência do imigrante haitiano entrevistado mostrou que percepções de segurança, privacidade e controle sobre o ambiente permanecem centrais mesmo em situações temporárias de acolhimento, apontando que soluções frágeis, padronizadas ou desconectadas das vivências dos usuários tendem a ser insuficientes.

As contribuições centrais desta pesquisa residem na sistematização de atributos ambientais relevantes para o planejamento de abrigos pós-desastre e na demonstração de que tais atributos não podem ser dissociados das dimensões culturais, emocionais e identitárias dos ocupantes. Ao integrar essas perspectivas, o estudo reforça a necessidade de abordagens projetuais orientadas por sensibilidade social e por princípios da Percepção Ambiental, capazes de promover ambientes mais dignos e humanizados.

Como limitação, destaca-se o fato de se tratar de um estudo de caso único, que não permite generalizações amplas. Ainda assim, a profundidade da análise oferece subsídios importantes para pesquisas futuras, especialmente aquelas que busquem comparar diferentes grupos culturais ou diferentes situações de abrigo. Além disso, os achados podem contribuir para o aprimoramento de políticas públicas, programas de assistência e diretrizes arquitetônicas que visem conciliar eficiência emergencial com qualidade de vida.

Dessa forma, o trabalho reforça que o planejamento de abrigos pós-desastre deve ultrapassar respostas imediatistas e tecnicistas, incorporando aspectos capazes de favorecer o restabelecimento da dignidade, da identidade e do bem-estar de populações em situação de grande vulnerabilidade.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil registra mais de 68 mil pedidos de refúgio em 2024**. Brasília: Agência Brasil, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>. Acesso em: jul. 2025.

BEDOYA, L. **Habitat y vivienda temporal en situaciones de emergencia**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2004.

BLOG.UVM.EDU. **Haitian migration to Brazil: an overview of contributing factors**. Vermont: University of Vermont, 2020.

CAIA, G. *et al.* **Temporary housing and post-disaster reconstruction: cultural and social dimensions**. Tokyo: Kyoto University Press, 2010.

CARBONARI, L. T. **Modelo multicritério de decisão para o projeto de acampamentos temporários planejados voltados a cenários de desastre**. 2021. 409 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

DELGADO, A. **Arquitetura e desastres: habitação e resiliência no século XXI**. Lisboa: IST Press, 2022.

DRISHTI IAS. **Global report on disaster risk and resilience**. Nova Délhi: Drishti Publications, 2023.

EVANS, G. W.; MCCOY, J. M. When buildings don't work: the role of architecture in human health. **Journal of Environmental Psychology**, v. 18, n. 1, p. 85–94, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1006/jevp.1998.0089>. Acesso em: ago. 2025.

FÉLIX, D.; BRITO, J.; MONTEIRO, C. Temporary housing after disasters: a state of the art survey. **Habitat International**, v. 40, p. 136–141, 2013.

GIBBS, L. *et al.* Post-bushfire relocation and housing: community and environmental impacts. **Natural Hazards**, v. 82, n. 1, p. 307–326, 2016.

GIFFORD, R. **Environmental psychology: principles and practice**. Boston: Allyn and Bacon, 1987.

HERMANN, M. L. **Eventos extremos em Santa Catarina: desastres naturais e vulnerabilidade ambiental**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Atlas brasileiro de desastres naturais 1991–2020**. São José dos Campos: INPE, 2020.

KAPLAN, R.; KAPLAN, S. **The experience of nature: a psychological perspective**. New York: Cambridge University Press, 1989.

OIM – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Migração haitiana no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília: OIM, 2021.

PESSOA, R. *et al.* **Impactos socioambientais das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024**. Porto Alegre: UFRGS, 2025.

POL, E. La apropiación del espacio. In: IÑÍGUEZ, L.; POL, E. (org.). **Cognición, representación y apropiación del espacio**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1996. p. 45–62.

ROSE, G. **Visual methodologies: an introduction to researching with visual materials**. 4. ed. London: Sage, 2016.

SCANNELL, L.; GIFFORD, R. Defining place attachment: a tripartite organizing framework. **Journal of Environmental Psychology**, v. 30, n. 1, p. 1–10, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2009.09.006>. Acesso em: ago. 2025.

SEDEC – SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL. **Desastres, decretação e reconhecimento federal e gestão de recursos federais em proteção e defesa**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2017.

ULRICH, R. S. View through a window may influence recovery from surgery. **Science**, v. 224, n. 4647, p. 420–421, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.6143402>. Acesso em: ago. 2025.

UNDRR – UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. **The human cost of disasters: an overview of the last 20 years (2000–2019)**. Geneva: United Nations, 2020.

VIBHAS, S. *et al.* Cultural identity and well-being in post-disaster housing: a global review. **Journal of Environmental Psychology**, v. 76, p. 101–110, 2021.